

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI
CAMPUS PROFESSOR POSSIDÔNIO QUEIROZ
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

GILMÁRIA DE MOURA BESERRA

**CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE OEIRAS-PI:
REFLEXÕES SOBRE RECURSOS PEDAGÓGICOS, ARQUITETÔNICOS E POLÍTICAS
PÚBLICAS EDUCACIONAIS**

OEIRAS-PI

2024

GILMÁRIA DE MOURA BESERRA

**CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE OEIRAS-PI:
REFLEXÕES SOBRE RECURSOS PEDAGÓGICOS, ARQUITETÔNICOS E POLÍTICAS
PÚBLICAS EDUCACIONAIS**

Artigo apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí- UESPI, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador (a): Djanes Lemos Ferreira Gabriel

OEIRAS-PI

2024

CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE OEIRAS-PI: REFLEXÕES SOBRE RECURSOS PEDAGÓGICOS, ARQUITETÔNICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Gilmária de Moura Beserra¹
Djanes Lemos Ferreira Gabriel²

RESUMO

O presente estudo aborda a relevância da educação inclusiva e a análise de recursos pedagógicos, arquitetônicos e políticas públicas no contexto do município de Oeiras-PI, com o propósito de instituir reflexões acerca da temática. O objetivo geral desta pesquisa é identificar as estruturas arquitetônicas e recursos pedagógicos presentes na escola e as políticas públicas educacionais que são implementadas para assegurar uma educação inclusiva efetiva. Os objetivos específicos são: 1) analisar as estruturas arquitetônicas e recursos pedagógicos de que o espaço escolar necessita para desenvolver um ensino inclusivo e 2) compreender as políticas públicas que contribuem com a garantia de estruturas e recursos para a educação inclusiva. Em síntese, as reflexões discutidas no referencial teórico foram fundamentadas na perspectiva de teóricos como Marchesi (2007), Sassaki (2009) e Mantoan (2015), entre outros. No que se refere à metodologia, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, sustentada por procedimentos que envolveram a pesquisa de campo e revisão bibliográfica. Posteriormente, foi realizada a análise de dados, cujos resultados foram obtidos por meio de um questionário aplicado aos professores, coordenadores e o professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) das instituições escolares. Com base nos dados coletados e nas reflexões acerca da temática, a pesquisa atingiu os objetivos ao chegar à conclusão de que é necessário analisar a importância de implementar recursos pedagógicos, arquitetônicos e políticas públicas educacionais abrangentes e eficazes. Assim, este estudo contribui para o entendimento da importância de oferecer um ensino inclusivo, apontando caminhos para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas mais eficazes.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Estruturas arquitetônicas; Políticas públicas; Recursos pedagógicos.

ABSTRACT²

This study addresses the relevance of inclusive education and the analysis of pedagogical and architectural resources, as well as public policies, in the context of the municipality of Oeiras-PI, with the aim of fostering reflections on the topic. The general objective of this work is to identify which architectural structures, pedagogical resources, and public policies schools need to contribute to the construction of inclusive education. Regarding the specific objectives, the study aims to analyze the architectural structures and pedagogical resources that the school environment requires to develop inclusive teaching and to understand public policies that support the provision of structures and resources for inclusive education. In summary, the

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, gilmariabeserra@aluno.uespi.br

² Professora da Universidade Estadual do Piauí –UESPI, Orientadora do trabalho de conclusão de curso. djanlesmos@ors.uespi.br

reflections discussed in the theoretical framework were based on the perspectives of theorists such as Marchesi (2007), Sasaki (2009), and Mantoan (2015), among others. In terms of methodology, the research adopted a qualitative approach, supported by procedures that included field research and bibliographic review. Subsequently, data analysis was conducted, with results obtained through questionnaires administered to school staff, including teachers, coordinators, and the teacher responsible for Specialized Educational Services (SES). Based on the collected data, as well as responses and reflections on the topic, this study contributed to the understanding of the importance of providing inclusive education, suggesting pathways for the development of more effective inclusive educational practices.

Key-words: Inclusive education; Pedagogical resources; Architectural structures; Public policies.

1 ENCAMINHAMENTOS INTRODUTÓRIOS

A perspectiva de inclusão no âmbito escolar, em razão da ausência de recursos arquitetônicos, pedagógicos e políticas públicas, não é uma discussão recente, mas se estabelece ao longo dos anos na tentativa de inserir políticas educacionais abrangentes destinadas a esse processo de incluir recursos efetivos nesses espaços escolares. É inegável a presença de lutas ao recorrer às leis e regulamentos que incluem recursos amplos em torno da estrutura das instituições regulares e materiais pedagógicos, podendo assim oferecer uma educação para todos.

É perceptível que as políticas públicas não conseguem atender de forma eficiente e regular as pessoas com necessidades específicas no processo de ensino-aprendizagem em uma abordagem de educação inclusiva. Considerando o cenário do município de Oeiras-PI, as dificuldades aparentes em âmbito geral também estão presentes no ambiente local.

A temática sobre a implantação da inclusão, recursos e políticas públicas educacionais tem como finalidade refletir acerca da falta de edificações completas com todo aparato destinado às crianças com deficiência, e investimentos de meios pedagógicos destinados ao ensino, nesse sentido, é necessário reconhecer a importância de ações abrangentes para incentivar uma educação inclusiva. Nesta perspectiva, a pesquisa tem como objetivo identificar as estruturas arquitetônicas e recursos pedagógicos presentes na escola e as políticas públicas educacionais que são implementadas para assegurar uma educação inclusiva efetiva.

Com base na análise, os dois procedimentos a serem trabalhados nesse estudo são a pesquisa bibliográfica com base nos teóricos: Marchesi (2007), Sasaki (2009), Mantoan (2015), juntamente com a pesquisa de campo, referente assim a analisar artigos, livros, sites, entre outros, como também o uso do questionário com perguntas abertas, destinadas a 1 (um)

coordenador, 4 (quatro) professores do ensino regular e 1 (um) educador responsável pelo AEE (Atendimento Educacional Especializado). Para coletar os dados foi fornecido o formulário com oito questões pelo google forms, visto como fonte de averiguar o contexto inicial da inclusão, com aspectos relacionados às necessidades educacionais específicas, além de verificar como os recursos didáticos são disponibilizados nas instituições de ensino, no município de Oeiras, bem como identificar se as escolas possuem estrutura física adaptada.

Dessa forma, o trabalho encontra-se estruturado em algumas seções, iniciando com a Introdução, que apresenta, de forma breve, a temática, os objetivos, justificativa e a problematização do estudo. Em seguida, a fundamentação teórica, com a segunda seção que trata uma introdução à inclusão, a terceira seção discorre sobre o contexto das necessidades educacionais específicas e os recursos destinados às instituições de ensino para implementar uma educação inclusiva, em seguida a quarta seção que descreve uma breve análise da educação especial nos espaços escolares do município de Oeiras-PI. A quinta seção ressalta o aporte metodológico abordando o conjunto de procedimentos e técnicas utilizados na construção da pesquisa. Na sexta seção, são apresentadas a análise de dados com os resultados obtidos e suas interpretações. Por fim, a sétima e última seção apresentando as conclusões do trabalho.

Assim, diante dessa problemática, este estudo tem por finalidade analisar de que maneira a ausência de recursos arquitetônicos, pedagógicos e políticas públicas impacta na inclusão de alunos com deficiência nas instituições de ensino. Ao explorar esses impasses, pretende-se demonstrar como esses recursos incluídos nos espaços das salas de aula, e demais locais da escola, promovem um ambiente mais acessível e equitativo.

2. Uma introdução à inclusão

A partir da definição de inclusão:

A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão. (Ropoli; Mantoan; Santos; Machado, 2010, p.7).

Neste sentido, compreende-se que a educação inclusiva direciona orientações de ensino para todos, independentemente das diferenças e particularidades de cada aluno, pois não há um modelo único de aluno, neste sentido permite desenvolver o princípio da igualdade reconhecendo que esta educação deve partir da ideia de que as pessoas são diferentes, e isto exige práticas diversas, valorizando as habilidades de cada um.

A segunda Lei de Diretrizes e Bases Educacionais do Brasil, Lei nº 5.692, no art. 9º, no ano de 1971, afirma que,

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (Brasil, 1971, p. 2).

Porém, mesmo sendo exposto na lei que o público está referenciado as pessoas com deficiência física ou mental, transtornos de aprendizagem e superdotados, não delimita quais deficiências encaixam nestas particularidades, além de não especificar que “tratamento especial” será estabelecido nessa instituição, demonstrando como ainda é falha a definição de leis que implementam a inclusão como é defendida.

Analisando esses dois aspectos mencionados na lei, em razão de limitar a carência dos alunos, como também deixar oculto quais propostas serão trabalhadas de acordo com cada habilidade, é possível estabelecer o questionamento de como ocorrerá o processo de implementar a educação inclusiva nos âmbitos escolares em torno dos próximos anos, assim é importante mencionar o aperfeiçoamento das leis, decretos e medidas que visem defender esse procedimento de inclusão, no tocante aos meios apresentados nas políticas públicas educacionais.

A Constituição Federal de 1988, no art. 205, apregoa que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, p. 123). No entanto, tendo um olhar breve sobre essa lei, é perceptível como não associam diretamente a educação especial, por não ser totalmente notável no começo, ou seja, não é exposto da seguinte perspectiva “a educação e ensino inclusivo”, nas quais poucos direcionam as análises das leis para todos, determinando quais grupos são defendidos por elas, deixando em segundo plano o verdadeiro conceito de inclusão.

Diante disso, a lei explicita que todos têm direito à educação, entendendo assim que a inclusão escolar entra nessa lei, que exige, desta forma, a importância de defender mudanças arquitetônicas nos espaços escolares, os currículos pedagógicos e a superação das barreiras educacionais, promovendo a universalização do acesso à aprendizagem a todos, medidas que possibilitam o exercício da cidadania, e o desenvolvimento das pessoas com deficiência.

O Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE, lançado no ano de 2007, no que se refere à educação inclusiva, é uma ação que permite a melhoria das instituições de ensino da educação básica, em torno de vários fatores, o projeto pedagógico, a gestão, relação com o meio social e a infraestrutura. Isto é, relacionando a inclusão em vista dos recursos arquitetônicos, e aperfeiçoamento profissional, como também as salas de recursos multifuncionais, visa assim articular a igualdade e qualidade de enriquecer o processo educacional em virtude de direcionar à garantia do direito à educação para todos, visto que busca trabalhar todas as etapas, níveis e modalidades da educação.

No decorrer dos anos e promulgações de leis e decretos, houve uma preocupação a mais do Estado em aprimorar as políticas públicas no que se refere à educação especial, procurando assim determinar um sistema educacional que seja inclusivo, em outros termos em todas as modalidades e níveis, impedindo a exclusão dos alunos.

A Lei Brasileira de Inclusão- LBI, conhecida também como Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é um dos marcos de mudanças fundamentais no campo educacional, principalmente em torno do ensino inclusivo, por determinar que o sistema educacional aprimore as práticas pedagógicas, aplicação de investimentos no que tange a acessibilidade e aperfeiçoamento profissional, com o intuito de romper obstáculos e garantir que todos os estudantes tenham o pleno desenvolvimento em qualquer etapa da vida escolar.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (Brasil, 2015, p. 1).

Reflete-se, assim, como a execução desta lei marca anos de luta em busca da inclusão de todos no cenário educacional, delimitando a exigência de promover condições melhores de ensino para os alunos, não sistematizando uma educação discriminatória, em que as escolas não mais estabeleçam quais deficiências vão priorizar ou destinar recursos necessários, mas fornecer um olhar significativo para que todos possam aprender, independentemente de suas condições ou habilidades.

Estabelece a circunstância de que as crianças devem fazer parte, tanto dos espaços destinados às suas particularidades, como também nas instituições regulares, regulamentando assim uma educação inclusiva, mas é importante considerar a perspectiva que o Estado reconheça as políticas públicas que procura construir e implementar na sociedade, incluindo de

fato essas leis no sistema educacional, visto que ficam situadas como promessas vazias e não realizadas. O posicionamento de Freire (2001, p. 23) destaca:

Busca de uma educação séria, rigorosa, democrática, em nada discriminadora nem dos renegados nem dos favorecidos. Isso, porém, não significa uma prática neutra, mas desveladora das verdades, desocultadora, iluminadora das tramas sociais e históricas. Uma prática fundamentalmente justa e ética contra a exploração dos homens e das mulheres e em favor de sua vocação de ser mais.

Podemos afirmar que o autor defende a ideia da educação inclusiva, na qual o sistema não busque intensificar o ensino tradicional, segregador e excludente, mas fundada no respeito, na dignidade em um espaço que inclui os indivíduos sem discriminação, que o enfoque de uma educação inclusiva está baseada que todos os seres humanos possuem suas habilidades e particularidades diferentes, como também níveis de desenvolvimento intelectual e físico, no entanto, tais diferenças permitem que cada ser singular é capaz de aprender, interagir e participar em todo processo de ensino-aprendizagem, deste modo pressupõe a igualdade de acesso e valorização das diferenças humanas.

Partindo do conceito inicial de educação especial, foi discutido em vários setores, e, muitas vezes, distorcido do seu real sentido. Em torno da visão de Mazzota (1989), é um agrupamento de recursos e procedimentos educacionais especiais com a finalidade de favorecer e acrescentar uma educação formal dos alunos que apresentam necessidades educacionais distintos da maioria das crianças e jovens, em vista de substituir processos educacionais comuns.

Visto o direcionamento da educação especial no Brasil, é viável discutir a década na qual esta modalidade de ensino foi inaugurada no país, sendo no ano de 1990, no entanto, isso aconteceu de forma precipitada, pois o que se via era um atendimento segregador das crianças nas instituições educacionais, separando-as por definições normais e anormais. Nessa perspectiva, o ideal consiste em receber o tratamento adequado dentro do espaço escolar. No entanto:

Na história do Brasil, a educação de alunos especiais nunca foi priorizada pelo governo, o que deu lugar às organizações filantrópico-assistenciais a se responsabilizarem pelo papel primordial na gestão e no atendimento educacional e social para pessoas especiais. É importante indagar como vem se desenvolvendo as relações entre o Estado e as instituições filantrópicas especializadas, tendo em vista que há recursos públicos designados a projetos e programas para pessoas com deficiência que muitas vezes não são destinados para tal fim. (Santos; Caldas, 2012, p. 28).

No quadro geral de incluir somente a educação inclusiva nas organizações filantrópicas, já assemelha-se a separação das pessoas com deficiência dos demais educandos das escolas regulares, mesmo ofertando alguns recursos públicos para atender as demandas desses alunos, é notável a tentativa de separá-los com esse ideal de ser mais efetivo que cada um ocupe espaços diferentes, aliás, sistematizando uma educação segregadora, que dentro dessa realidade os recursos direcionados não eram utilizados para atender todos, contrariando a concepção do ensino inclusivo.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) foi apresentada em 2008, com o objetivo de abordar uma educação não discriminatória, sendo baseada de acordo com os direitos humanos, visando assim a superação de metodologias distintas com o propósito de amenizar a exclusão. Esse documento permite trazer alterações vigentes nos espaços escolares, desenvolvendo a perspectiva inclusiva. Ou seja, tem por disposição “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares”. (Brasil, 2010b, p.19).

Além disso, a PNEE tem por finalidade ser um documento norteador de que o acesso à educação e atendimento educacional especializado, como também busca disponibilizar acessibilidade e recursos necessários no sistema educacional brasileiro, no entanto, mesmo com a disponibilização de serviços, possibilitando implementar uma inclusão escolar, é perceptível que os gestores têm obstáculos a buscar o entendimento e a demanda de procedimentos especializados nessa área para inovar o espaço escolar. Aliás, em muitos casos o Estado não acompanha esse processo de disponibilização de investimentos e serviços, colocando em pauta a educação especial nos sistemas de ensino.

Portanto, diante da tentativa de implementar a educação especial no Brasil é presente até os dias atuais, pelo fato de que 8,9% da população têm algum tipo de deficiência, no qual essa pesquisa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE juntamente com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) no ano de 2022, ressaltou o crescimento das pessoas com ambiente educacional, é presente a desigualdade de acesso à educação e recursos ao destinar medidas necessárias para a realização de um ensino amplo e inclusivo, isto é, a questão socioeconômica das famílias é um fator a ser discutido, que em muitos casos a falta de assistência só dificulta o processo de incluir pessoas público da educação especial nas instituições de ensino regular, e educandos fora do ambiente educacional inclusivo, que infelizmente essa realidade é prorrogada cada vez mais no cenário brasileiro.

Trazendo em consideração o decreto 10502/20, criando assim Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, nas quais os espaços escolares analisam se aceitam ou não as matrículas de pessoas com deficiência, que foi sancionado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, contrariando os demais decretos direcionados a perspectiva inclusiva, por exemplo, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, visa violar os direitos das crianças e jovens, ou seja, não integrar as oportunidades para todos os envolvidos, além de dificultar o acesso no ensino regular, afastando o ensino inclusivo, isto é, excluindo crianças e jovens do acesso aos seus direitos que são defendidos na Constituição Federal, anulando anos de lutas para a incluir a educação especial no país.

Nesse sentido, este decreto dificultou a disponibilização de investimentos para escolas especiais, estabelecendo novas barreiras no ensino inclusivo, visto que esses espaços necessitam de recursos amplos como a acessibilidade, removendo barreiras físicas, tecnologias assistivas, entre outros, assim deixando exposto a discriminação e impondo obstáculos na implementação da inclusão.

O governo atual, presidente Inácio Lula, lançou, em 2023, o Plano de Afirmação e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva- PNEEPEI, com o objetivo de retomar os parâmetros desta política, que foi negligenciada no decorrer dos últimos anos, juntamente com a coordenação do Ministério da Educação- MEC, que dispõe da premissa de oferecer a execução de diversas esferas, ou seja, estruturas arquitetônicas, investimentos, tecnologias assistivas e recursos pedagógicos.

A proposta está embasada em quatro eixos de promover assim a educação inclusiva ampla, isto é, na expansão dos espaços, garantir a qualidade e a permanência dos alunos, na construção de novos conhecimentos a partir de pesquisas e informações, além de investir em capacitações profissionais adequadas.

Estudos recentes, como o do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), demonstram que as matrículas realizadas na educação especial foram computadas mais de 1,7 milhão, de acordo com o censo escolar 2023, visto que mais se concentrou no ensino fundamental, totalizando 62,90%, nas quais a educação infantil segue com 16%. Analisando os aspectos da pesquisa, nota-se como está aumentando gradativamente as matrículas de alunos com deficiência nas classes de ensino regular.

Diante desta pesquisa, é possível destacar que apesar do crescimento nas matrículas ser considerado um avanço, trazendo em consideração a inclusão nesse contexto, ela só será alcançada a partir de investimentos consistentes na construção de lugares acessíveis e no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, tal qual demanda não apenas de políticas

públicas eficazes em torno da infraestrutura e recursos, mas também ter o compromisso contínuo em tornar os espaços escolares verdadeiramente inclusivos.

Nota-se a tentativa de implementar planos e políticas no panorama da educação especial no Brasil, atualmente, mesmo diante de anos de descaso, como também com as tentativas de encerrar o ensino inclusivo. Com esse cenário, desde o início da construção desta educação, é perceptível a carência de recursos inovadores nos espaços escolares com estruturas e meios pedagógicos, deixando evidente a omissão dos governos em estabelecer, na prática, o que as políticas públicas e leis defendem, destacando a falta de comprometimento com os ambientes educacionais em razão da educação especial.

3. Contexto das necessidades educacionais específicas e os recursos destinados às instituições de ensino para implementar uma educação inclusiva

Em função do termo necessidades educativas específicas, menciona-se revisar as aprendizagens e recursos destinados às crianças com deficiência ou transtornos, por existir quadros distintos dentro desses parâmetros. Quanto aos recursos, esclarecemos que esses devem ser distribuídos de maneira adequada, em razão de reduzir os obstáculos no que se refere às aprendizagens da educação especial. Neste parecer, menciona-se que:

Os recursos educativos podem ser muito variados, e seu referente imediato é o maior número de professores especializados ou profissionais específicos que devem cooperar para que esses alunos possam ter acesso ao currículo. Os recursos, entretanto, podem ser de tipos muito diversos: materiais curriculares, supressão de barreiras arquitetônicas, adaptação de edifícios, sistemas de comunicação alternativos ou qualquer meio educativo de caráter suplementar. (Marchesi, 2007, p. 20).

Em virtude dessa potencialidades de recursos que propõe uma ação educativa que permite uma educação ao incluir os alunos de acordo com suas realidades, é mensurável ressaltar as particularidades da escolarização desses educandos, trazendo em fato de como a instituição tem suporte para atender todos os fatores essenciais de promover essa educação inclusiva, logo que a provisão de recursos educativos não é abrangente em todos os âmbitos escolares, por falta de investimentos e políticas públicas viáveis.

Como também, são presentes problemas fora do ambiente escolar, por isso, em muitos casos, as instituições de ensino não podem resolver esses embates por questões socioeconômicas das famílias, assim dificultando cada vez mais o processo de ensino, portanto,

existem diversos princípios que impossibilitam desenvolver uma educação que não seja de forma segregadora. Isto é,

Além disso, é preciso que estes disponham dos recursos e dos apoios que sejam necessários para o seu ensino. A ausência de recursos pode fazer com que os professores e a comunidade educativa não considerem possível uma integração que vá além da mera presença física nas salas de aula. (Marchesi, 2007, p. 41).

A expressão de Marchesi (2007) reforça argumentos interessantes a serem trabalhados, ao refletir que os regulamentos sobre as necessidades educacionais dos educandos não devem ser tão orientados a identificar os alunos com problemas de aprendizagem ou o apoio de que precisam, mas para indicar o tipo de resposta educativa mais apropriado, dentro de medidas e recursos cabíveis. O foco principal deve ser nas propostas de cursos e iniciativas para ampliar o funcionamento das instituições escolares, isso terá um impacto favorável nas condições de cada educando.

Diante do sistema mais individualizado, que associa os recursos complementares às necessidades pessoais dos alunos, existem alternativas baseadas na situação global de cada escola. Tal estratégia utiliza diferentes indicadores para determinar de que novos recursos uma escola necessita: contexto social da escola, alunos escolarizados oriundos de minorias culturais, incorporação de alunos com algum tipo de deficiência, etc. Esse enfoque mais geral não se opõe a que se proporcionem novos recursos quando um aluno com graves problemas de aprendizagem for acolhido pela escola. (Marchesi, 2007, p.42).

Esse contexto pode ser aplicado dentro da sala de aula, é evidente como o docente tem o papel fundamental ao propor uma educação que potencialize os conhecimentos dos alunos, no qual evidenciar como ocorre a prática a partir de estratégias inclusivas, e envolver o aperfeiçoamento profissional ao desenvolver suas metodologias, como uma capacitação em torno da área estabelecida, tem como objetivo favorecer o ensino cooperativo. Nesse sentido, o implemento de investimentos na categoria profissional, favorece encontrar recursos alternativos no quesito de instruir uma prática abrangente e trabalhar atividades que envolvem todos os alunos presentes na sala de aula.

O decreto nº 7.611, de 17 de setembro de 2011, no Art. 5º, inciso 2, expõe o contexto da formação profissional do educador em torno da inclusão, a partir de apoio técnico e financeiro, e destaca que:

III- formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão; IV- formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais; (Brasil, 2011)

Neste sentido, vale destacar que a formação continuada de professores é imperativo para um atendimento mais qualificado na educação inclusiva, mas, em alguns casos, ela é deixada em segundo plano em decorrência da falta de tempo por terem rotinas cansativas em diferentes turnos, gerando assim obstáculo ao procurar novas formações, além disso é presente a ausência de estímulo de propostas educacionais, por não priorizarem a capacitação do docente, ao não levar em consideração o contexto da educação especial.

Visto a preparação dos demais responsáveis do ambiente escolar, notam-se barreiras em efetivar seus conhecimentos na sala de aula e outros espaços, especialmente o ensino inclusivo, em virtude de o local não disponibilizar os recursos didáticos necessários, além da estrutura não compactuar com as atividades que devem ser realizadas.

Nas quais, Mantoan (2015, p.81) afirma:

Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. [...] a inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda.

Em virtude disso, os alunos necessitam de diferentes estratégias pedagógicas, que dessa forma possibilitam o acesso ao conhecimento social e condições para aprender. Dentro dos parâmetros de capacitação profissional, atribui uma formação inicial a respeito da educação inclusiva, além de analisar as necessidades educacionais dos educandos, como construir uma ação pedagógica preparando atividades diferenciadas, materiais lúdicos com adaptação, além de aulas dinâmicas, sem exclusão.

A acessibilidade tem por objetivo eliminar barreiras que existem tanto no meio social, como no ambiente físico, nas quais dificultam ou disponibilizam obstáculos à locomoção ou acesso de pessoas com ou sem deficiência em todas as esferas da sociedade, visto que viabilizar medidas de acesso para todos é fundamental importância para estabelecer a inclusão.

Trazendo esse aspecto para os espaços escolares, a acessibilidade arquitetônica é um fator essencial para que os educandos, tanto do público-alvo da educação especial e demais estudantes possam ter ingresso e permanecer nas escolas comuns. Conforme a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, o Art. 12, Inciso § 1º “Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infraestrutura definidos.” (Brasil, 2001, p. 3).

A adaptação das escolas para atender às necessidades dos alunos, não é uma realidade que abrange a todos, em virtude de estruturas arquitetônicas reduzidas a pouco espaço, ausência de mobiliário acessível, piso de apoio, entre outros. Dentro desses fundamentos, é importante que a acessibilidade engloba várias esferas em aspectos cognitivos, físicos e sensoriais, que possam promover a equidade.

Compreende-se os aspectos necessários a serem modificados nos espaços escolares para assim estabelecer a acessibilidade para todos, neste sentido:

Guias rebaixadas na calçada defronte à entrada da escola, caminhos em superfície acessível por todo o espaço físico dentro da escola, portas largas em todas as salas e demais recintos, sanitários largos, torneiras acessíveis, boa iluminação, boa ventilação, correta localização de móveis e equipamentos etc. Implantação de amplos corredores com faixas indicativas de alto contraste, elevadores, rampas no trajeto para o recinto da biblioteca e áreas de circulação dentro dos espaços internos desse recinto entre as prateleiras e estantes, as mesas e cadeiras e os equipamentos (máquinas que ampliam letras de livros, jornais e revistas, computadores etc.). (Sasaki, 2009, p. 3).

Como isso, vimos que o direcionamento de recursos essenciais no que diz respeito ao espaço escolar, voltado às necessidades educativas específicas, é primordial e deve ser aplicado, de modo que faz parte desse processo de distribuição, analisando todos os aparatos essenciais para delimitar todo o processo de incluir recursos arquitetônicos, pedagógicos, entre outros.

Segundo Omote (1999), para ser estabelecida a inclusão de alunos com deficiências, as ações não devem ser coordenadas de maneira precipitada, sendo necessário reflexões, para assim beneficiar os alunos e não os prejudicar, evitando a separação dos educandos.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 dispõe no Art. 5º:

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (Brasil, 2011, p. 2)

Essa lei tem por objetivo assegurar o direito de ensino, voltado principalmente a uma educação que seja ofertada nas instituições regulares, entretanto, ainda é notável a dificuldade em proporcionar um ensino inclusivo dentro dessa perspectiva de ampliar os espaços escolares com o atendimento especializado.

Neste sentido, o AEE (Atendimento Educacional Especializado) tem por finalidade mediar ações pedagógicas que articulam a construção do currículo de acordo com as

deficiências específicas a partir de cada particularidade dos alunos, com deficiência, transtornos e altas habilidades de superdotação. As atividades desenvolvidas neste espaço diferenciam-se das que são realizadas na sala de aula, mas não as substitui, nas quais na instituição de ensino é destinado um único espaço de AEE com um professor especializado para realizar o atendimento a partir de cada demanda do aluno.

O decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 dispõe sobre o atendimento educacional especializado, nas quais menciona o:

Art. 5º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino do Estado, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais, ou filantrópicas, sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular (Brasil, 2011).

No referido decreto destacamos algumas ações como:

V- adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
VI- elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; (Brasil, 2011)

No disposto do decreto, ressalta-se a composição de recursos estruturais e meios pedagógicos necessários para realizar o atendimento educacional especializado, nesse tocante centra suas atividades nas manifestações dos jovens com deficiências, buscando oferecer propostas educativas cabíveis a cada particularidade dos alunos, no entanto, a comunicação entre os professores regulares e o docente responsável pelo atendimento é presente alguns desafios pelo fator de cargas horárias diferentes, não podendo assim ter uma discussão abrangente de como ampliar os recursos educativos para tanto na sala de aula, como no espaço da AEE.

Visto a relação entre esses profissionais, é evidente como o diálogo e encontros para discutir meios pedagógicos eficazes para ofertar uma educação inclusiva, é de suma importância para assim elevar a acessibilidade de todos ao ensino, não separando os alunos com deficiência dos demais estudantes, mas realizar atividades mutuas estabelecendo novas aprendizagens.

Em virtude do desenvolvimento da estrutura da AEE nas escolas regulares, é importante acrescentar que nem todas instituições de ensino recebem esse recinto, ou as que recebem não é disponibilizado todos os materiais necessários para a realização dos atendimentos, acarretando problemas no seguimento do ensino. Além disso, essa realidade é vivenciada por muitos anos, onde alunos com deficiências necessitam de acompanhamento desse espaço, mas

em decorrência da falta de investimentos do poder público e ausência de recursos didáticos acessíveis não tem acesso.

De acordo com o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) enfatiza que os serviços de educação profissional têm a função de identificar, desenvolver e organizar recursos instrucionais e de acessibilidade, que remova as barreiras, desenvolvendo à plena participação dos alunos, levando em consideração as necessidades específicas dos alunos.

Nessa lógica:

Sugere que as atividades desenvolvidas diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização, mas de forma complementar e/ou suplementar a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela, disponibilizando-lhes programas de enriquecimento curricular, com o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva, articulados com a proposta pedagógica do ensino comum e acompanhados por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados públicos ou conveniados. (Figueira, 2016, p. 11-12).

Sendo essencial o aumento dessas atividades nos espaços sociais, vinculando-os com o meio educacional, no enfoque de propor o aperfeiçoamento curricular, como também na distribuição de meios específicos, para assim desenvolver uma educação alternativa e inclusiva. No entanto, é notável ainda a defasagem nas políticas públicas, em garantir espaços inclusivos além do ambiente escolar, sendo que o mesmo já passa por diversos obstáculos na tentativa de executar uma educação especial.

Levando em consideração a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) na Lei nº 9.394/96, no capítulo V vai ser tratado a Educação Especial, enfatizando o “Art. 59- Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;” (Brasil, 1996, p. 19).

É evidente como a lei busca discorrer sobre meios necessários para assegurar o ensino de qualidade para os discentes com necessidades educacionais específicas, mas em torno dos recursos educativos ainda não é presente avanços significativos, isto é, a ausência de políticas públicas que cumpra os direitos mencionados na lei, nas quais eles possam ter os mesmos benefícios como os outros cidadãos. Aliás, como também é de suma importância um olhar no sistema educacional e instituições de ensino que necessitam se adaptar em diferentes aspectos, desde os currículos até a estrutura física.

No contexto do ensino, principalmente o especial, era desenvolvido por propostas segregativas, por apresentar currículos descontextualizados em exposição ao que era lecionado aos demais educandos, ou reforçar a ideia de que não tinha capacidade de realizar as atividades definidas, nas quais se propagou por anos esse currículo supressor. Visto que:

Por muito tempo, perdurou o entendimento de que a Educação Especial, organizada de forma paralela à educação comum, seria mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que apresentavam deficiência, problemas de saúde ou qualquer inadequação em relação à estrutura organizada pelos sistemas de ensino. Tal concepção exerceu impacto duradouro na história da Educação Especial, resultando em práticas que enfatizaram os aspectos relacionados à deficiência ou ao impedimento, em contraposição às possibilidades de aprendizagem dos conteúdos educacionais. (Zerbato; Mendes, 2018, p. 148).

Essa organização não permitia integrar de forma ampla todos os educandos, perpetuando o ensino tradicional e estigmatizado, entretanto, na criação de um ambiente inclusivo não exige necessariamente que a responsabilidade seja do professor, mas de todas as políticas públicas em ofertar recursos pedagógicos pertinentes e demais responsáveis na elaboração dos currículos, em atender as capacidades, necessidades e habilidades de todos os alunos.

Com os movimentos atuais sobre meios de ferramentas e tecnologias que podem ser utilizados nos espaços de ensino, nota-se a abordagem das tecnologias assistivas, de acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas- CAT, sendo instituído pela portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006, define o conceito de tecnologias assistivas:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Assistiva, 2024).

Esses recursos contribuem no melhoramento das funções e habilidades de pessoas com deficiência, isto é, os equipamentos podem variar de acordo com cada particularidades, passando de recursos pedagógicos construídos de maneira simples, até equipamentos tecnológicos inovadores.

Tal qual existem diversas tecnologias no cotidiano dos educandos, que os mesmos já têm contato fora do ambiente escolar, mas utilizando as tecnologias assistivas como um instrumento pedagógico, tem total importância de incluir pessoas com deficiência em todo meio social, não só no espaço que estuda. Sendo presente equipamentos vastos para desenvolver atendimentos para todos, mencionam-se alguns exemplos:

Ensino de noções básicas da língua de sinais brasileira (Libras) para se comunicar com alunos surdos; ensino do braile e do sorobã para facilitar o aprendizado de alunos cegos; uso de letras em tamanho ampliado para facilitar a leitura para alunos com baixa visão; permissão para o uso de computadores de mesa e/ou notebooks para alunos com restrições motoras nas mãos; utilização de desenhos, fotos e figuras para facilitar a comunicação para alunos que tenham estilo visual de aprendizagem etc. (Sassaki, 2009, p. 3).

No entanto, mesmo que a tecnologia assistiva sendo um assunto discutido no decorrer do processo educacional, é perceptível como esse conjunto de recursos e serviços não estão presente na sua totalidade nos ambientes de estudo, sendo que essa proposta coopera em adequar e ampliar as habilidades de educandos com deficiência, algo de suma importância a ser debatido nos encontros educacionais, pelo fator da ausência dos materiais e equipamentos nos âmbitos escolares.

4. Breve análise da educação especial nos espaços escolares do município de Oeiras-PI

De forma introdutória, a educação desempenhada no município de Oeiras Piauí tende a promover o ensino de qualidade, em disponibilizar investimentos necessários para alcançar resultados em torno de garantir igualdade, como também a inclusão dos alunos. Desse modo, a perspectiva de ensino apresenta a tentativa de práticas pedagógicas que envolvesse a diversidade por completo dos estudantes, além de garantir a inclusão de alunos com deficiência, mas ainda encontram dificuldades nesse processo.

Dados obtidos na pesquisa da Unesco (2021) apontam questionamentos voltados ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, no qual 9,5% dos professores afirmam que apesar dos esforços e medidas diferentes realizadas na escola, não conseguem proporcionar aprendizagens de forma efetiva para todos, referiram-se às dificuldades de fornecer metodologias a diversidade de estudantes, principalmente na perspectiva inclusiva, em relação aos alunos com deficiência.

É evidente a importância de investir nos espaços escolares regulares, como na formação dos educadores para se promover assistência e desenvolver a educação inclusiva. Nesse ponto de vista, ressalta-se a UNESCO (2021, p. 110):

Portanto, o financiamento da educação municipal de Oeiras ainda apresenta gargalos importantes, sobretudo para seguir atendendo ou proporcionar acesso, com qualidade e equiparação de oportunidades, aos segmentos mais vulneráveis da população (população de baixa renda, comunidades rurais, crianças e adolescentes com deficiência ainda fora da escola, adultos analfabetos e com baixa escolaridade etc.). Sublinhe-se, assim, a necessidade de aprimoramento dos mecanismos redistributivos previstos na legislação

brasileira, especialmente o Fundeb, que tem se mostrado essencial para o enfrentamento das enormes desigualdades que marcam a educação brasileira.

A discussão aparente do financiamento destinado aos segmentos apresentados, retoma a ideia de aprimorar políticas educacionais para confrontar as dissemelhanças presente no cenário da educação, tendo em vista equiparar novas oportunidades e recursos para todos. Que diante das inovações no contexto educacional do município, enfrentam alguns desafios, isto é, em adaptar as escolas para atender os alunos de forma inclusiva.

Com os projetos realizados em Oeiras- PI, principalmente o projeto Feira Literária de Oeiras- FLOR, que busca estimular o hábito pela leitura, como também o prazer na mesma ao adquirir esse hábito, além de englobar crianças com múltiplas deficiências, com a finalidade de garantir que todas tenham acesso. Visto que o El País destaca:

Oeiras tem um histórico de casamentos consanguíneos e muitas crianças com deficiência na rede, que tem a escola não só como base de educação, mas também de socialização. “Nossas crianças fizeram apresentação na FLOR. Uma mãe me disse que o filho nunca havia participado de nada”, afirma Matos. (Oliveira, El País)

No aparato de incluir os jovens em atividades culturais, é reconhecível a tentativa de proporcionar aos estudantes com deficiência o acesso a várias ações que acontecem no ambiente escolar, visto que a criação deste projeto possibilitou a inclusão de todos os alunos presentes neste espaço.

Quando analisamos o debate que ocorreu na Câmara Municipal de Oeiras- PI, no ano de 2023, desenvolveu uma discussão acerca de políticas públicas para incluir indivíduos com deficiência em vários setores, mas realçando a educação, a secretária Tiana Tapety apresentou os serviços referente a gestão municipal para a inclusão dos educandos com deficiência, nas quais um dos pontos mencionados que a esta inclusão acontece através da arte, com a constituição dos Núcleos de Cultura nas instituições municipais, que atualmente ofertam oficinas regulares para instruí-los com instrumentos e musicais, além disso, salientando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que diante os últimos dez anos, foram concebidas 14 salas de recursos multifuncionais nas demais escolas do município.

Levando em conta a abrangência do município no setor educacional, de acordo com o guia de Escolas do Brasil consta que detém de 28 escolas municipais, presentes na sede e zona rural, visto que é iminente ainda a carência de meios significativos no que se atribui a educação especial, em que no decorrer de tantos anos, ainda não é destacado de forma extensiva o ensino inclusivo nos espaços escolares, principalmente relacionado a salas de recursos

multifuncionais, e a ausência de estruturas amplas para garantir a permanência dos educandos neste âmbito.

5. Aporte metodológico

Esta análise será realizada através da pesquisa de abordagem qualitativa, no segmento de apresentar “[...] que a abordagem qualitativa, em quantos exercícios de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (Godoy, 1995, p. 21), nas quais não configura embasar unicamente em conceitos metodológicos, mas em diversas abordagens que compõem o meio social, incluindo assim a perspectiva inclusiva, as reflexões e discussões presentes nesse contexto no cenário escolar.

A justificativa desta pesquisa surgiu a partir da análise do desenvolvimento do ensino inclusivo nas escolas municipais de Oeiras. A constatação da ausência de estruturas e recursos essenciais no processo de inclusão destacou a importância de discutir como essa realidade impacta o ensino de crianças com deficiência. Essa lacuna compromete o acesso igualitário à educação, em comparação com os demais alunos no ambiente escolar, evidenciando a necessidade urgente de compensar o sistema educacional para promover um ensino verdadeiramente inclusivo.

Assim, para garantir uma análise precisa e coerente, iniciou-se com a pesquisa bibliográfica com os principais teóricos abordados que foram, Marchei (2007), Sassaki (2009), Mantoan (2015), entre outros. No que tange aos procedimentos, será classificada como de campo, uma vez que, de acordo com Severino (2007, p. 123) “na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu próprio meio ambiente. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”. Dessa forma, contribuindo efetivamente nos conhecimentos do pesquisador em diversas áreas, nas quais será aplicado um questionário com objetivo de coletar informações pertinentes para a pesquisa.

O instrumento de coleta de dados, consiste no questionário estruturado com perguntas simples e abertas, sendo assim oito questões, nas quais a primeira se fundamenta em conhecer sua profissão e tempo de atuação. No entanto, já nas sete interrogações seguintes, está presente questionamentos acerca dos recursos pedagógicos e arquitetônicos presente nos espaços que os interlocutores atuam, e como efetivar a inclusão de alunos com deficiência. O questionário foi

escolhido como instrumento de coleta de dados neste estudo devido à sua eficácia em obter informações relevantes de maneira estruturada e prática. Esse método facilita o alcance de um maior número de participantes, garantindo uma diversidade de respostas e que diferentes perspectivas sejam incluídas.

Quanto ao aporte metodológico referente aos participantes da pesquisa os critérios fundamentaram-se em: professores regulares não sendo detalhado modalidade de ensino específica, coordenador pedagógico, e o professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), com o intuito de abranger diferentes funções diretamente relacionados no processo de inclusão no espaço escolar, ressalta-se que todos os envolvidos participaram da pesquisa.

A utilização de ferramentas digitais na pesquisa contribuiu na coleta do dados, o uso do Google Forms na pesquisa de campo reúne eficiência, acessibilidade e organização, facilitando a condução do estudo e garantindo a qualidade e a integridade dos dados coletados, visto que o questionário foi repassado de forma remota por meio do link fornecido pelo google forms contendo todas as indagações, enviado assim diretamente por meio do aplicativo do Whatsapp, em virtude da realidade dos participantes, devido a correria do dia a dia, não tiveram condições de participar de maneira presencial responderam remotamente ao questionário, por isso foi consolidado o uso das tecnologias.

Portanto, foram realizados, antes, diálogos com os interlocutores, com a explicação do objetivo do estudo, por conseguinte o envio do termo de compromisso solicitando autorização para a realização da pesquisa, de início as conversas com os professores, coordenador e professor responsável pelo AEE (Atendimento Educacional Especializado) ocorreram de forma presencial, sendo solicitado o uso de plataformas digitais na execução da pesquisa. Além disso, com a finalidade de preservar a identidade dos participantes, optamos por identificá-las como Professor A, Professor B, Professor C, Professor D, Coordenador Y, Professor do AEE, conforme será demonstrado.

Quadro 1- Delimitação dos participantes e seu perfil profissional

Pseudônimo	Sexo	Formação acadêmica	Tempo de experiência
Professor A	F	Pedagogia	15 anos
Professor B	F	Não licenciada	9 meses

Professor C	F	Pedagogia Pós-graduação	20 anos
Professor D	F	Pedagogia Pós-graduação	21 anos
Coordenador Y	F	História Pedagogia	15 anos
Professor do AEE	F	Pedagogia Pós-graduação	10 anos

Fontes: Dados da pesquisa, 2024.

Ao examinar o quadro 1, observa-se que a seleção dos participantes foi baseada em certos critérios, uma vez que se tratava de professores da rede pública de ensino, incluindo um coordenador pedagógico e um professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Além disso, são apresentadas suas formações acadêmicas: algumas possuem graduação em pedagogia, sendo que duas possuem pós-graduação em psicopedagogia e outra é especialista em Libras. Há ainda uma professora não licenciada, mas que atua na área de musicalização.

Devido ao contexto investigativo deste estudo, a pesquisa foi realizada em duas escolas públicas situadas no município de Oeiras-PI, sendo uma localizada na área urbana e a outra na área rural, estabelecendo nomes fictícios dos espaços para manter sua privacidade. As instituições envolvidas foram a Escola Amanhecer, situada no bairro Uberaba I, que atende uma média de 197 alunos e oferece as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, com 81 crianças matriculadas, e os anos iniciais do Ensino Fundamental, com 116 alunos. A Educação Infantil abrange crianças de 2 a 5 anos, enquanto os anos iniciais do Ensino Fundamental atendem alunos a partir dos 6 anos de idade. A Escola Flores do Campo, no endereço povoado Morro Redondo, visto que possui uma média de 165 alunos e disponibiliza as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil com 35 alunos, anos iniciais do Ensino Fundamental com 53 alunos e anos finais do Ensino Fundamental com 77 alunos. Como já mencionado a Educação Infantil abrange crianças de 2 a 5 anos, enquanto os anos iniciais do Ensino Fundamental atendem alunos a partir dos 6 anos de idade, visto que os anos finais do Ensino Fundamental é a partir dos 12 anos.

6. Análise de dados

A análise de dados tem um papel crucial em diversas áreas, especialmente na pesquisa de campo, ao transformar as informações coletadas em conhecimento embasado em oferecer uma compreensão mais profunda do contexto estudado. No contexto da pesquisa voltada para a educação inclusiva, considerando recursos pedagógicos, arquitetônicos e políticas públicas, a análise de dados se torna essencial para acompanhar as observações e os resultados obtidos durante a coleta. Nesta seção, serão analisados os dados extraídos dos questionários aplicados aos professores regulares, ao professor responsável pelo AEE (Atendimento Educacional Especializado) e ao coordenador pedagógico, com o intuito de obter evidências confiáveis e conhecimentos relevantes que aprimorem a pesquisa. Este estudo se baseia na abordagem qualitativa, permitindo uma melhor compreensão dos recursos pedagógicos e arquitetônicos necessários para a inclusão, bem como dos impactos da ausência desses elementos, fundamentando também as políticas públicas, contribuindo assim para um embasamento sólido em torno do tema.

6.1. Análise dos recursos pedagógicos e estruturais dos espaços escolares: resultados e interpretações

Nesta seção, são apresentados os resultados coletados a partir da aplicação do questionário e a discussão sobre os recursos pedagógicos e arquitetônicos presente nos espaços atuantes dos participantes, sendo assim duas escolas, uma localizada na parte urbana e outra no rural, em razão de analisar se o ambiente dispõe de todo aparato para acolher alunos com necessidades educativas específicas. Nessa perspectiva, a organização partiu, de relatar o levantamento dos dados obtidos, sintetizando as respostas dos interlocutores para um melhor entendimento da temática apresentada.

Nesse sentido, a análise consiste na demonstração de quadros com as resoluções, nas quais o quadro 2 introduz com o questionamento das estruturas presentes no ambiente educacional, e se possui instrumentos necessários para alunos com deficiência:

QUADRO 2- Estruturas arquitetônicas das escolas

Questionamento	Respostas dos participantes
----------------	-----------------------------

<p>2. A escola onde você trabalha possui estrutura arquitetônica adequada (rampas, corrimões, banheiros adaptados) para pessoas com deficiência? Comente sobre os espaços presentes.</p>	<p>Professor A: “Sim. atualidade se faz necessário principalmente que é um direito de pessoas com necessidades especiais.”</p> <p>Professor B: “Não”</p> <p>Professor C: “Não, pois não possui corrimões e nem banheiros adequados para pessoas com deficiência. A escola que trabalho precisa algumas melhorias, existem calçadas altas dificultando assim o acesso as salas de aulas.”</p> <p>Professor D: “Não. A escola que trabalho precisa de melhorias para pessoas com deficiência e até mesmo para crianças da educação infantil.”</p> <p>Coordenador Y: “Sim, e temos também sala adaptada do AEE.”</p> <p>Professor do AEE: “Sim. Possui, mas em alguns espaços ainda é necessário corrimões.”</p>
---	---

Fonte: Dado da pesquisa, 2024.

Em torno da indagação feita aos participantes, ao situar a estrutura do espaço em que trabalham, alguns responderam que o local possui a estrutura adequada, isto é, Professor A e Coordenador Y, no entanto o Professor do AEE destaca que necessita de algumas modificações para atender por completo o direito de acessibilidade dos alunos com deficiência. Segundo a visão de Ferreira (2019) a acessibilidade nas instituições de ensino é necessária para que assim ocorra a inclusão, nesse aspecto pode ser entendida como um recurso que disponibiliza acesso para todos, um espaço que atende a diversidade de todos os alunos.

Mas, ao ressaltar as respostas, do Professor C e Professor D, o espaço ainda não disponibiliza todo aparato arquitetônico necessário, é presente algumas limitações que dificultam o acesso dos alunos. Neste sentido, referente às falas dos interlocutores e associando com pensamento de Silva (2006) as barreiras arquitetônicas nos espaços escolares é um dos maiores impasses relativos à inclusão, em razão da ausência de adaptações apropriadas como, por exemplo, rampas de acesso, corrimões, etc que limita o acesso dos alunos, principalmente

aqueles com deficiência, visto que a falta dessas estruturas resulta que o espaço não está cumprindo com o papel de proporcionar igualdade para todos.

Diante desse discernimento, é exposto no quadro 3 as melhorias estruturais essenciais para o desenvolvimento da inclusão na instituição de ensino:

QUADRO 3- Estruturas necessárias para inclusão

Questionamento	Respostas dos participantes
3. Quais melhorias arquitetônicas você considera de suma importância para promover a inclusão na escola?	<p>Professor A: “As rampas, os corrimãos, sala do AEE bem equipada.”</p> <p>Professor B: “Rampas mais adequadas, corrimões com sinalização e pisos táteis.”</p> <p>Professor C: “Banheiros adequados, corrimões, rampas que dão acesso às salas de aula, refeitórios, área de lazer.”</p> <p>Professor D: “Precisa de banheiros adaptados, corrimões, rampas, refeitório, área de lazer e uma brinquedoteca.”</p> <p>Coordenador Y: “Sinalização tátil são elementos essenciais para garantir a acessibilidade.”</p> <p>Professor do AEE: “Rampas de acesso, banheiros adaptados, pisos táteis, sinalização em braille dentre outras que venha romper barreira.”</p>

Fontes: Dado da pesquisa, 2024.

O questionamento relacionado às melhorias arquitetônicas para a inclusão, as demais respostas dos interlocutores encontram-se correlacionadas ao fato de que o ambiente necessita de rampas adequadas, banheiros adaptados, corrimões, entre outros, para assim ser ofertado o ensino inclusivo. Diante da resposta do Professor do AEE, que é importante ter a sinalização em braille e pisos táteis no espaço escolar, pouco é comentado sobre esse recurso e sua utilização nos ambientes, pois é possível adequar placas de sinalizações nas estruturas.

De acordo com o NBR 9050 (2020) requer que os corrimãos de escadas e rampas devem ser sinalizados por anéis texturizados que contrastem com a superfície do próprio corrimão,

instalados a 1 m antes das extremidades, como também é necessário incluir a sinalização em braille no início e no final das escadas fixas e rampas, fornecendo informações sobre os pavimentos. Nesse sentido, reflete-se que ao incluir esses recursos são fundamentais na acessibilidade e locomoção dos alunos com deficiência.

É perceptível a importância de ampliar as estruturas arquitetônicas, promovendo uma mudança no sistema educacional, enfatizando a convicção de Mantoan (2003, p.16) “as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”. Mediante a formação continuada dos educadores em torno do aspecto inclusivo, o quadro 4 destaca esse questionamento:

QUADRO 4- Formação continuada

Questionamento	Respostas dos participantes
4. Os educadores da escola possuem formação continuada para atender os alunos com deficiência? Comente.	<p>Professor A: “Sim. Hoje já temos, o governo já oferece formação na área tendo em vista que o número de alunos com algum tipo de deficiência vem só aumentando dentro das escolas, então precisa- se de profissionais e escolas preparados pra receber esse alunado.”</p> <p>Professor B: “Sim. As que são ofertadas pelo município.”</p> <p>Professor C: “Não precisamente os professores titulares, mas existem professores do AEE.”</p> <p>Professor D: “Às vezes participamos de formação que trata do assunto de forma superficial.”</p> <p>Coordenador Y: “Sim, temos os profissionais do AEE.”</p> <p>Professor do AEE: “Sim. O município oferta formação, o MEC, mas as formações precisam ser contínuas, pois ainda deparamos com</p>

	situações desafiadoras que ainda dificultam o processo da inclusão.”
--	--

Fontes: Dado da pesquisa, 2024.

Como resultado dessa indagação sobre a qualificação profissional em razão de ensinar alunos com deficiência, o Professor A acentua que atualmente é presente educadores com formação na área inclusiva, que diante do aumento de discentes com deficiência dentro das salas de aula, necessita dessa capacitação para receber esses alunos. Cabe destacar que Mantoan (2015) afirma que o processo de inclusão escolar acontece com a preparação do educador para atuar com todos os alunos da turma, principalmente o público da educação especial.

Em decorrência de alguns parâmetros, ainda é vigente a falta de incentivo na formação continuada, ou não sendo ofertada de forma significativa, trazendo o retorno do Professor D afirma que algumas formações apresenta o ensino inclusivo, mas sendo apresentado de maneira resumida, visto que Marchesi (2007, p.44) expõe:

A formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras positivas nas escolas. É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas os professores especialistas em educação especial, não adquirem uma competência suficiente para ensinar a todos os alunos.

Assim, a formação tem uma estreita relação no desenvolvimento do ensino inclusivo, que o docente ao aprimorar seus conhecimentos permite acompanhar as particularidades e habilidades dos alunos, e ensinar-lhes de forma efetiva. Em seguida, no quadro 5, apresentamos os recursos didáticos-metodológicos que auxiliam no procedimento de uma educação inclusiva:

QUADRO 5- Recursos didáticos-metodológicos

Questionamento	Repostas dos participantes
-----------------------	-----------------------------------

<p>5. Que recursos didáticos-metodológicos podem auxiliar e promover uma educação realmente inclusiva?</p>	<p>Professor A: “Atividades diversificadas, computadores adaptados, ou seja, uma sala de AEE bem equipada.”</p> <p>Professor B: “Acredito que para se promover uma educação inclusiva, é necessário usar os materiais pedagógicos de forma lúdica e direcionada para cada necessidade, por exemplo: o jogo da memória, e uma possibilidade de aprendizagem que estrutura e organiza de forma hierárquica, trazendo maior desenvolvimento e inclusão ao aluno.”</p> <p>Professor C: “Brinquedoteca, onde os alunos com necessidades especiais poderiam estar interagindo.”</p> <p>Professor D: “Uma brinquedoteca.”</p> <p>Coordenador Y: “Materiais didáticos adaptados e individualizados podem ser utilizados para atender às necessidades específicas de cada aluno. Isso pode envolver a adaptação de textos, materiais audiovisuais e atividades práticas para garantir que todos os alunos possam acessar, compreender e participar do conteúdo apresentado.”</p> <p>Professor do AEE: “Os recursos e métodos que de fato promove a inclusão, são aqueles que auxiliam na aprendizagem do estudante de acordo com suas especificidades.”</p>
---	--

Fontes: Dado da pesquisa, 2024.

Em virtude da resposta do Coordenador Y menciona que os materiais didáticos personalizados para atender alunos com deficiência, inclui recursos audiovisuais e atividades práticas, que assim garante que todos possam participar, em razão das demais respostas dos participantes, o Professor C e Professor D, destaca inserir o recurso da brinquedoteca, com a finalidade de promover a interação dos educandos. É notável como a utilização de recursos

didáticos-metodológicos permite a construção de uma educação inclusiva, conforme Sasaki (2009) com a adequação dos procedimentos e técnicas de trabalho, além do manuseio de materiais didáticos aptos às necessidades educativas específicas, estabelece o sucesso do ensino e aprendizagem.

Conforme a resolução do Professor B que no desenvolvimento da educação inclusiva, destaca a utilização de materiais pedagógicos lúdicos, por exemplo, o jogo da memória, como um recurso que possibilita a aprendizagem dos alunos. Assim, de acordo com Silva (2020) ao utilizar recursos pedagógicos relacionando-os com a ludicidade, valoriza as potencialidades dos alunos, que incorporando esse contexto lúdico no aspecto educacional inclusivo permite que seja desenvolvida de forma significativa o processo de ensino-aprendizagem dos educandos de maneira mais interativa e prazerosa.

Ademais, devido a disponibilização de recursos didáticos-metodológicos no auxílio do procedimento de ensino-aprendizagem observamos no Quadro 6:

QUADRO 6- Recursos didáticos na escola

Questionamento	Repostas dos participantes
6. A escola dispõe desses recursos didáticos adaptados para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dessa clientela específica?	<p>Professor A: “Sim alguns, mais precisa melhorar ainda mais.”</p> <p>Professor B: “Não.”</p> <p>Professor C: “Não, nós professores utilizamos os materiais potentes, ou seja, os materiais reciclados (papelão, tampinhas, garrafas pets, dentre outros).”</p> <p>Professor D: “Não, nós trabalhamos na maioria das vezes com brinquedos confeccionados com materiais potentes.”</p> <p>Coordenador Y: “Sim, alguns materiais, ainda falta.”</p> <p>Professor do AEE: “Alguns, porém são necessárias mais tecnologias assistivas.”</p>

Fontes: Dado da pesquisa, 2024.

Quando questionados se a escola dispõe de recursos didáticos adaptados, o Professor A e o Coordenador Y, afirmam que sim, no entanto carecem de alguns recursos essenciais para implementar o ensino inclusivo. Neste parecer Carvalho (2007) informa que as escolas devem disponibilizar recursos adaptados para remover as barreiras relacionadas à aprendizagem dos alunos, por terem características biopsicossociais, precisam de recursos diferenciados daqueles presentes na sala de aula. Reconhecendo a importância dos recursos didáticos no processo de ensino, cita-se:

Os recursos didáticos utilizados para fins pedagógicos são aqueles empregados no ensino, tornando-o mais adequado e eficaz. Eles são indispensáveis para o processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos – inclusive daqueles com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino (Schinato; Strieder, 2020, p. 32-33).

Quando o professor se depara com alunos que apresentam necessidades educacionais específicas, é fundamental que ofereça aulas que contemple um conjunto adequado de recursos pedagógicos, os quais desempenham um papel essencial na promoção de uma educação inclusiva, visto que a escola disponibilize materiais necessários para viabilizar o processo de ensino, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a um aprendizado.

No entanto, o Professor B menciona que a escola não disponibiliza esses recursos, já o Professor C e Professor D faz menção que a escola não dispõe-se de materiais didáticos adequados, em que precisam construir instrumentos a partir de materiais recicláveis com destino às aulas. Segundo Marchesi (2007, p.41) “a ausência de recursos pode fazer com que os professores e a comunidade educativa não considerem possível uma integração que vá além da mera presença física nas salas de aula”. Assim, evidencia como é imprescindível a disponibilização de recursos didáticos adaptados para o processo de ensino-aprendizagem, enfatizando as tecnologias assistivas, citado pelo Professor do AEE.

Dando continuidade, o quadro 7, mostra se o espaço escolar viabiliza apoio pedagógico especializado que atende todas as necessidades aparentes:

QUADRO 7- Apoio pedagógico especializado

Questionamento	Respostas dos participantes
----------------	-----------------------------

<p>7. Você acredita que a escola disponibiliza apoio pedagógico especializados (como intérprete de libras, professor de apoio) de maneira que supre todas as necessidades?</p>	<p>Professor A: “Sim. Temos apenas professores de apoio; mais faltam ainda professor de Libra dentro das nossas escolas como um todo.”</p> <p>Professor B: “Não.”</p> <p>Professor C: “Não.”</p> <p>Professor D: “Não.”</p> <p>Coordenador Y: “Não”</p> <p>Professor do AEE: “Não.”</p>
---	---

Fontes: Dado da pesquisa, 2024.

Assim que foram interrogados sobre se a instituição de ensino oferece apoio pedagógico especializado que atenda os requisitos do ambiente, a maioria dos participantes responderam que não oferecem esse apoio, sendo o Professor B, Professor C, Professor D, Coordenador Y e Professor do AEE. Diante dessas resoluções, traz a perspectiva de Sasaki (2006) que em decorrência da falta de suporte pedagógico especializado nas escolas regulares impede que os educandos com deficiência tenham acesso a um ensino de qualidade e adequado, gerando a exclusão nesse local.

O apoio pedagógico especializado garante que todos os alunos tenham acesso igualitário à educação, considerando suas habilidades e limitações. No processo de desenvolvimento de cada estudante, é essencial que os profissionais envolvidos sejam devidamente qualificados para adaptar o conteúdo de forma adequada a todos. A ausência desse suporte compromete a efetividade do ensino inclusivo, resultando em lacunas significativas no atendimento educacional.

Dado a resposta do Professor A, assume que o ambiente concede professor de apoio, apesar disso ainda é presente a ausência de professor de libras dentro da escola, levando em consideração essa falta, Sasaki (2009, p.3) aborda que é necessário na dimensão de comunicação “[...] contratação de intérpretes da língua de sinais junto aos trabalhadores em serviços e locais de lazer”. Nesse sentido, assegurar por completo o apoio pedagógico especializado, em razão de estudantes com necessidades de aprendizagem. Seguindo a análise, referente ao uso das tecnologias assistivas com o intuito de promover o aprendizado dos alunos, apresentamos o quadro 8:

QUADRO 8- Tecnologias assistivas

Questionamento	Respostas dos participantes
<p>8. Como você avalia o uso de tecnologias assistivas (computadores, softwares, audiolivros etc) na escola para auxiliar no aprendizado dos alunos?</p>	<p>Professor A: “Avalio de forma satisfatória, pois contribuem e muito na aprendizagem dos nossos alunos.”</p> <p>Professor B: “Essas tecnologias favorecem no ensino aprendizagem da educação inclusiva, ajudando a promover e desenvolver habilidades a inclusão social do aluno.”</p> <p>Professor C: “Há necessidade de profissionais capacitados para trabalhar com essas ferramentas tecnológicas.”</p> <p>Professor D: “Faltam profissionais capacitados para lidar com as tecnologias assistivas.”</p> <p>Coordenador Y: “Acredito que auxilia sim no aprendizado desde que haja um monitoramento de como está sendo trabalhado.”</p> <p>Professor do AEE: “São ótimas e promove a aprendizagem, tanto as tecnologias citadas a cima como as tecnologias assistivas de baixo custo.”</p>

Fontes: Dado da pesquisa, 2024.

No tocante da pergunta realizada acerca do uso das tecnologias assistivas como recurso no auxílio da aprendizagem, o Professor A, Professor B e Professor do AEE, mencionam que contribui na aprendizagem dos alunos de forma significativa, visto que o Coordenador Y evidencia que auxilia na instrução, desde que seja acompanhado na sua realização, assim enfatizando as respostas dos participantes, em correlação com as ideias de Silva e Brito (2018, p.8) “Dispor de recursos de acessibilidade, nestes casos, as TAs são formas bastante eficazes de transpor as barreiras causadas pela deficiência e de inserir esse indivíduo no ambiente escolar, proporcionando a ele aprendizagem e desenvolvimento significativo”. Dessa forma, a

utilização das tecnologias assistivas abrem possibilidades para que os educandos com deficiência tenham acesso a um ensino inclusivo e adequado.

Em contraste, as respostas dos Professores C e D indicam a necessidade de profissionais qualificados no uso de tecnologias assistivas, nas quais Tori; Silva (2018) afirmam que a ausência de profissionais devidamente qualificados no uso de tecnologias assistivas é um obstáculo na implementação ampla de práticas inclusivas nos espaços escolares, comprometendo a autonomia dos estudantes com deficiência.

Dessa forma, essas tecnologias tem um papel fundamental na efetivação da inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas, mas se a eficácia depende de políticas públicas e se o espaço oferta os recursos imprescindíveis na sua realização, além disso quando os professores e profissionais de apoio não tem a qualificação necessária para utilizar essas ferramentas de maneira eficaz, os resultados esperados dessas tecnologias não são alcançados de forma ampla.

7. ENCAMINHAMENTOS CONCLUSIVOS

Esta pesquisa teve como finalidade, analisar o impacto da ausência de recursos pedagógicos e arquitetônicos nas escolas regulares e políticas públicas, concluem-se alguns apontamentos. Em princípio, no decorrer de anos de lutas na implementação de uma educação inclusiva, buscou-se compreender como a falta de distribuição desses recursos afetam o desempenho dos alunos com deficiência e a eficácia do ensino.

Os resultados da pesquisa, em razão da análise de estudos bibliográficos, indicaram que, apesar das mudanças em relação ao ensino inclusivo, ainda há uma insuficiência de políticas públicas eficazes. Embora sejam destacadas leis, decretos e documentos orientadores para serem seguidos e implementados no ambiente escolar, observa-se a falta de suporte governamental consistente para promover a inclusão. Foram constatadas diversas discussões sobre o ensino destinado a alunos com deficiência, abordando a imprescindibilidade de disponibilização de recursos pedagógicos adaptados, formação profissional adequada, tecnologias assistivas e estruturas físicas adaptadas às particularidades dos alunos, com o propósito de investigar amplamente essa temática.

Esses resultados destacam a relevância de investigar os recursos pedagógicos e arquitetônicos presentes nos ambientes escolares no contexto da inclusão, bem como a instância de políticas públicas que incentivem a implementação efetiva do ensino inclusivo. Observou-se que os ambientes educacionais, com suas estruturas e oferta de recursos pedagógicos,

procuram fornecer suporte adequado às singularidades dos alunos, de acordo com os investimentos destinados a esses espaços. Os resultados obtidos por meio da análise de dados evidenciam que os entrevistados consideram essencial abordar a temática relacionada à inclusão em torno dos recursos arquitetônicos, pedagógicos e às políticas públicas vigentes.

Apesar de os resultados serem promissores, esta pesquisa enfrentou limitações relacionadas ao tempo dos entrevistados devido à jornada de trabalho respondendo de forma breve os questionamentos apresentados, levando assim a coleta de dados simples. No tocante a futuras pesquisas, compreender a aplicação de recursos pedagógicos e arquitetônicos adaptados nos espaços escolares contribui para aprofundamento das mudanças e impactos ao longo dos anos na tentativa de oferecer uma educação inclusiva, essas medidas cooperam para um conhecimento mais amplo e detalhado da disponibilidade das políticas educacionais inclusivas, e dos impasses enfrentados pelas instituições de ensino no atendimento às deficiências dos alunos.

Conclui-se que este estudo obteve resultados significativos em relação aos objetivos propostos de identificar as estruturas arquitetônicas e recursos pedagógicos presentes na escola e as políticas públicas educacionais que são implementadas para assegurar uma educação inclusiva efetiva. Portanto, para alcançar uma inclusão plena e efetiva, é fundamental que o ambiente educacional, em parceria com os órgãos governamentais, implemente práticas que garantam o fornecimento de todo o aparato necessário para a construção de um ensino acessível a todos. Somente assim será possível desenvolver uma estrutura educacional que ofereça um ambiente equitativo, com recursos didáticos abrangentes e estruturas adaptadas às necessidades específicas de cada aluno, potencializando suas habilidades e conhecimentos, inclusive os de alunos com deficiência, e promovendo uma escola preparada para a diversidade.

REFERÊNCIAS

ASSISTIVA TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO. Assistiva Tecnologia e Educação. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html> Acesso em: 14 jun. 2024.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050:2020: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

Batalha, D. V. (2009, outubro). Um breve passeio pela Política Nacional de Educação Especial espena Perspectiva da Educação Inclusiva. Anais do Congresso Nacional de Educação, Curitiba, PR, Brasil, 9.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação

Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf Acesso em: 6 jun. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 out. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529342> . Acesso em: 6 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 6 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm . Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 6 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livro_pde.pdf Acesso em: 6 jun. 2024.

Câmara Municipal de Oeiras. Inclusão de pessoas com deficiência é tema de debate na Câmara Municipal de Oeiras. Publicado em 03 de outubro de 2023. Disponível em: <https://oeiras.pi.leg.br/noticia/136/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-e-tema-de-debate-na-camara-municipal-de-oeiras>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”, 5ª Edição, Porto Alegre, 2007.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Tradução Fátima Murad. – 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2007. Vol. 3. ISBN 978-85-363-0824-1.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

ESCOLAS MUNICIPAIS DE OEIRAS – PI. Escolas municipais em Oeiras, Piauí. Disponível em: <https://escolas.com.br/municipais/pi/oeira>. Acesso em: 22 nov. 2024.

EL PAÍS. A “Intervenção de educação” que revolucionou o ensino de uma cidade do sertão, 2018. Disponível em. URL: A “Intervenção de educação” que revolucionou o ensino de uma cidade do sertão | Brasil | EL PAÍS Brasil (elpais.com). Acesso em: 9 de out. de 2023

Estatísticas. Governo Federal, 2023. Disponível em: Estatísticas — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (www.gov.br). Acesso em: 9 de out. de 2023

FERREIRA, Gabriela Alves. Inclusão escolar: a importância da acessibilidade nas escolas para os deficientes visuais. Anais IV CONAPESC... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/56916> . Acesso em: 12 de nov. de 2024

FREIRE, Paulo. Política e educação. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Godoy, Arilda S. Pesquisa qualitativa- tipos fundamentais. In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.3, Mai./Jun. 1995b, p. 20-29.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

Mazzotta, M. J. S. (1989). Evolução da educação especial e as tendências da formação de professores de excepcionais no Estado de São Paulo. Tese de Doutora - d o. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, SP.

Ministério da Educação. Governo Federal reforça política de educação inclusiva. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/governo-federal-reforca-politica-de-educacao-inclusiva> Acesso em: 6 de junho de 2024.

Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria tereza Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira; MACHADO, Rosângela. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTOS, Ana Paula Ribeiro Marisco dos; CALDAS, Vivaldo José de Araújo. INTERVENÇÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA. CIEGESI - Conferência Internacional de Estratégias em Gestão, Educação e Sistemas de Informação, Goiânia, Junho, 2012. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/ciegesi/article/view/758/807>

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SCHINATO, Liliani Correia Siqueira; STRIEDER, Dulce Maria. O ensino de ciências na perspectiva da educação inclusiva e a importância dos recursos didáticos. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 29, n. 2, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.2359- 7003.2020v29n2.43584. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/43584> . Acesso em: 12 de nov. 2024

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. Ed. Rev. e atual São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Vanussa Sampaio Dias da. O lúdico como recurso metodológico na inclusão de alunos com deficiência intelectual no Ensino Fundamental. Revista Educação Pública, v. 20, nº 20, 2 de junho de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/20/o-ludico-como-recurso-metodologico-na-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-intelectual-no-ensino-fundamental> Acesso em: 13 de Nov. de 2024.

SILVA, A. N.; BRITO, K. C. C. In (visibilidades): as tecnologias assistivas no processo de inclusão escolar. CIET/EnPED, p. 1-12, 2018.

TORI, Romero; SILVA, Flávia Brito da. Tecnologias assistivas: desafios e possibilidades na educação inclusiva. São Paulo: Editora XYZ, 2018.

UNESCO. Boas práticas de gestão em educação municipal: O CASO DE OEIRAS (PI), 2021. Disponível em. URL: UNESCO lança livro sobre as boas práticas da educação municipal de Oeiras – Prefeitura de Oeiras – Piauí. Acesso em: 9 de out. de 2023

ZERBATO, Ana Paula y MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. *Educação. UNISINOS* [online]. 2018, vol.22, n.2, pp.147-155. ISSN 2177-6210. <https://doi.org/10.4013/edu.2018.222.04>. Acesso em: 10 de junho 2024.